

Ingrid Tatiany Ribeiro Gomes de Souza
Arquiteta e urbanista; Mestranda em Geografia
pela Universidade Federal do Pará – UFPA

José Júlio Ferreira Lima
Arquiteto e urbanista; Mestre em Desenho Urbano;
Doutor em Arquitetura; Professor Adjunto do Departamento
de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Geografia da
Universidade Federal do Pará – UFPA

Ensaio sobre a ruralidade: um resgate do rural puro e a apropriação de outras definições

Resumo

O artigo parte da compreensão de que, embora seja possível a constatação de que as progressivas transformações ocorridas no espaço rural, muito além de gerarem diversas discussões e uma gama extensa de soluções, possibilitaram que se evoluísse substancialmente em seu entendimento, o rural ainda está condicionado a uma representatividade intrinsecamente vinculada à existência do urbano. Examinam-se, então, os elementos teóricos e conceituais que constituem a categoria do rural, a partir de uma abordagem espaço-temporal, buscando-se compreender os múltiplos diálogos estabelecidos entre esses dois mundos, dentro de diferentes perspectivas, sejam estas essencialmente geográficas ou não. Como consequência dessa dialética teórica, propõe-se que o debate acerca do rural esteja apoiado na importância de discutir a *renovação do rural*, até se chegar ao entendimento do conceito de *ruralidade*, desmistificando-se, assim, as fronteiras físicas ou imaginárias que dissociam dois universos tão híbridos na atualidade.

isouzam@hotmail.com
jjlima@amazon.com.br

Palavras-chave espaço rural; espaço urbano;
revalorização do rural; ruralidade.

Abstract

The present paper starts from the assumption that, although progressive transformations which have taken place in the rural space, besides generating various discussions and a large number of solutions, made it possible to evolve in the understanding of the rural per se, there is a recognition that rural is conditioned by a representation based on the urban existence. Thus theoretical and conceptual elements that constitute the rural category are analysed from a space-time approach, aiming at the understanding of the various discussions established about these two worlds within different perspectives, being them essentially geographical or not. As a consequence of this theoretical dialectics, a discussion about the rural based on the importance of its renovation up to the understanding of the concept of rurality is proposed, in order to demystify the physical or imaginary frontiers that dissociate these two nowadays quite entwined universes.

Keywords rural space; urban space;
revaluation of the rural; rurality.

Introdução

Os debates que vêm se estabelecendo sobre o tema do espaço rural ganharam novos desdobramentos, se utilizados como parâmetro para uma leitura acadêmica. Ruralidade pode perfeitamente salientar uma espécie de renovação da categoria do rural, porém suas definições extrapolam essa conotação. Ainda que a tentativa do sistema institucional e político brasileiro conceba o reconhecimento do espaço rural como algo dissociado de características e modos de vida urbanos, Santos (1994, p. 46) analisa que “não se pode mais pensar o Brasil como um Brasil urbano e um Brasil rural; deve-se pensar em regiões urbanas e regiões rurais, onde as regiões urbanas possuem atividades agrícolas e as regiões rurais possuem cidades”.

Independente do tipo de recorte dado ao estudo do rural, conforme demonstrou Santos (1994) em sua análise, é necessário que se explore essa categoria de análise, identificando suas possíveis derivações (materializadas nos novos conceitos com referência no rural) e relacionando devidamente sua abrangência, sobretudo com outra categoria tida como seu grande contraponto: o urbano.

A partir das idéias expostas acima é que o presente artigo pretende se estruturar. As dificuldades que existem na compreensão das várias dimensões do mundo rural, considerando a gradativa evolução dos estudos sobre o rural na América Latina, sobretudo no Brasil, um país com cerca de 20% de sua população residindo em áreas rurais, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, constituem o desafio a ser enfrentado por muitos grupos acadêmicos localizados, em sua grande maioria, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Na primeira parte deste documento será realizada uma revisão das principais e contundentes considerações tanto tradicionais quanto contemporâneas que definem o espaço rural. Adicionalmente, será exposto o surgimento de novas definições associadas ao tema do espaço rural, tendo-se como cerne dessa análise de reconhecimento a questão da ruralidade.

Contudo, não se pretende tratar o tema ruralidade de forma unilateral e essencialmente teórica neste artigo, mas suscitar de que maneira esse conceito vem agregar-se às dinâmicas territoriais em áreas rurais, questionando-se sua efetividade para o desenho de estratégias de desenvolvimento rural.

A segunda parte tem por finalidade compreender até que ponto há um entrelaçamento da categoria do rural à categoria do urbano no processo de construção do conceito de ruralidade. Mesmo que análises desse tipo sejam temas constantes no meio acadêmico, sobretudo em estudos conduzidos por intelectuais contemporâneos, como Ricardo Abramovay, José Graziano da Silva ou José Eli da Veiga, pretende-se aqui não só resgatar desses (e de outros) autores suas perspectivas, mas refletir sobre elas. Neste momento, a análise da ruralidade, a partir da interface urbano-rural, denota outros elementos intrínsecos a esses universos que, embora sejam paralelos, não são, na visão que se pretende construir neste artigo, dicotômicos.

A terceira parte vem elucidar um dos grandes conceitos da atualidade, a ruralidade. A partir deste momento, serão identificados outros conceitos que conformam aquilo que se poderia atribuir como ruralidade – entre eles, a identidade territorial e a identidade social –,

analisando-se suas possibilidades e transpassando-se a fronteira de um rural puro, associado essencialmente ao agrário, para estabelecer uma conexão entre o mundo rural e o território rural, a ruralidade e a territorialidade. As diversas expressões de identidade do rural, que podem ir além de sua localização física, fazem da ruralidade um dos temas mais investigados no meio acadêmico, por estar ela caracterizada enquanto um novo movimento que se traduz na renovação do mundo rural.

Breves reflexões sobre o rural: múltiplas identidades

As diversas interpretações sobre o espaço rural advêm, em muitos casos, do tratamento dado pela sociedade ao território, a partir de sua história e do tipo de uso a ele atribuído, caracterizando uma perspectiva espaço-temporal. Nesse sentido, reflete-se que a temática rural nos remete a uma série de elementos nela inseridos, como a figura do camponês, o modelo produtivo extrativista e a configuração de grandes áreas cultiváveis, até que se atinja a variável demográfica, na qual o espaço rural pode tecnicamente ser classificado.

Seguindo esse pressuposto, Marques (2002) encontra uma definição concreta sobre essa questão: a de que “o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características”. Chega-se, contudo, à conclusão de que um dos condicionantes clássicos da classificação de espaço rural apóia-se na pre-existência de um espaço político e administrativamente urbano. Indo de encontro a esse raciocínio, Marques (2002) complementa que, “além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais”.

Constituindo uma outra corrente de análise do rural, há ainda aqueles que, dentro de uma perspectiva marxista, constroem outras nuances, alicerçadas em aspectos de cunho econômico e essencialmente social. Em Abramovay (2004), há a idéia de que o rural não pode ser dissociado da questão agrária.

A importância concedida à questão agrária no Brasil nasce, substancialmente, a partir da lógica do capital defendida pela corrente marxista. Na tentativa de desmistificar o núcleo central da questão agrária, enquanto um conceito inerente ao espaço rural (e dele derivado), Abramovay (2004) defende a tese de que “o Brasil não era feudal da mesma maneira que os países europeus da Idade Média”. Na realidade, o mundo rural feudal ou a própria caracterização do termo feudalismo sustentam-se na falta de mercado capitalista de consumo, de crédito, de produtos etc. ou na própria *imobilização do trabalho*.

Por mais coerentes que sejam as linhas de análise do rural, seja dentro de uma perspectiva oficial, como a colocada por Marques (2002, p. 100), seja a partir da visão marxista, defendida por Abramovay (2004), é necessário que se identifiquem outros conceitos que caracterizem consistentemente as reais e potenciais tendências de transformação da imagem do espaço rural no contexto brasileiro e neles se aprofunde um pouco mais.

Muitas são as peculiaridades vivenciadas em uma realidade tida como rural. O vínculo ao território constitui um dos mais significativos laços entre homem e terra, denotando a substancialidade do modo de vida rural. O grau de dependência econômica advinda da exploração e do uso da terra enquanto recurso natural previsto pela lógica capitalista não se aplica ao tipo de relação valorada pelo camponês ou pelo ribeirinho em sua dimensão de ruralidade.

Francisco Entrena Duran (1998), em seu livro *Cambios en la construcción social de lo rural*, realiza uma abordagem um tanto quanto rigorosa, pois escapa da linearidade do termo e aponta para algumas imprecisões, definidas pelo fato de que o rural “alude ora a um espaço, ora a características relacionadas a uma certa qualidade de vida, a pautas socioeconômicas ou a valores específicos” (DURAN, 1998, p. 77, tradução nossa).

Comete-se, portanto, um equívoco argumentativo ao se pormenorizar a categoria do rural com aspectos que a comparem imediatamente ao seu grande contraponto, que é o urbano, ou até mesmo com o fato de que haveria uma “gradação hierárquica da sociedade urbano-industrial” (FERREIRA, 1999, p. 147) capaz de substituir, de uma vez por todas, o modo de vida rural.

É dessa forma que as inúmeras hipóteses de que o modo de vida rural estaria ameaçado pelo acelerado processo de urbanização e de globalização, apoiadas em visões mais contemporâneas (FERREIRA, 1999, p.150), agregam a variável demográfica como um dos aportes conceituais definidores da classificação do rural. Em uma tentativa prospectiva, Ferreira (1999, p. 148) ainda complementa que, a partir da segunda metade do século XX, haveria forte corroboração dessas hipóteses nos índices demográficos declinantes da população rural e da população ativa agrícola ocupada.

Em Friedrich Ratzel, um dos principais nomes da geografia moderna e com preocupação em compreender a naturalização do povo e do território, encontramos insumos elementares à imaterialidade inerente ao rural. Esse autor não conceitua rigidamente o território, mas sinaliza como este pode estar constituído. A partir de seus pressupostos filosóficos, que defendem a existência de um território enquanto palco – “[...] características naturais dos territórios que foram palco das grandes guerras [...]” (RATZEL, 1990, p.70) –, ele nos remete a uma reflexão acerca da identidade substancial existente entre a sociedade rural e seu território. Uma vez que o território significa o substrato físico da dinâmica social, enquanto algo palpável que sustenta a sobrevivência de alguns povos, é no território rural que as relações sociais e culturais, em todas as suas dimensões, se desenvolvem e legitimam a existência da *ruralidade*.

Retomando-se a linha de raciocínio construída por Entrena Duran e trazendo-se das raízes da Sociologia uma perspectiva específica, verifica-se que o rural se constrói socialmente e, como construção social, está sujeito à mudança, tendo assim, pois, experimentado sucessivos processos de construção, desconstrução e reconstrução/reinvenção (DURAN, 1998, p. 14). A imutabilidade passa a ser, portanto, uma prerrogativa que não cabe ao espaço rural. Já as diferentes perspectivas expostas nada mais são que diferentes momentos históricos e políticos, frutos das relações sociais e dos diferentes olhares sobre o rural.

Com efeito, o declínio do rural não é uma tendência em potencial, ao contrário da incorporação de diferentes processos de apropriação desse espaço e de novos padrões culturais. Na tentativa de contextualizar essa mutabilidade caracterizada por Entrena Duran, Ferreira (1999, p. 148) delinea-a da seguinte forma:

De um lado, refere-se a uma ordem social singularizada, autárquica e especializada na produção agrícola que tem pouco a ver com o rural que emerge dos anos 50 ou 60, com o início de um processo intenso de mudança tecnológica, incrementos de produtividade e determinação crescente

por decisões e influências exógenas [...]. De outro lado, há o rural do pós-produtivismo, com possibilidades de configurações novas ainda em construção: sua revitalização sócio-demográfica, sua revalorização simbólico-cultural, sua diversificação produtiva e ocupacional, suas trocas intensas com âmbitos produtivos, comerciais e sócio-culturais nacionais e internacionais.

Os dois ciclos construídos por Ferreira (1999) apontam claramente que, a despeito dos diferentes processos produtivos que venham a se implantar em um espaço classificado como rural, torna-se inevitável a manifestação de movimentos de ruralização/desruralização. As transformações ocorridas no espaço rural são fundamentais para que se alimentem as bases para sua valorização ou desvalorização, dentro de uma perspectiva sociológica. Os efeitos desses movimentos acarretam a construção de novas feições no espaço rural alicerçadas em variáveis econômicas, sociais, culturais e sobretudo simbólicas. Concernente a esse aspecto, concluímos oportuno destacar a afirmação de Entrena Duran (1998, p. 137) de que as ações coletivas dependem menos da vontade dos atores sociais endógenos do seu território e mais de interesses socioeconômicos exógenos e de decisões com efeitos globais, adotadas, no geral, a bastante distância.

Defende-se que as várias dimensões do rural se constroem a partir de diversas modificações em sua estrutura, frutos de uma abordagem espacial e temporal. As tentativas de revalorização do rural podem estar relacionadas com a reação da sociedade¹ frente à crise ambiental e existencial da civilização atual. É nesse sentido que as perspectivas contemporâneas atribuídas ao campo brasileiro vislumbram nele um palco possível para uma nova qualidade de vida, e conceber sua revitalização representa uma estratégia para redirecionar seu desenvolvimento.

Rural e urbano: desmistificando a dicotomia

A partir desta seção, destacaremos os elementos que podem vir a reduzir as discrepâncias teórico-conceituais existentes entre os mundos urbano e rural, no sentido de demonstrar que não mais é sustentável a hipótese de que se tratam de universos opostos e fragmentados, com fronteiras nitidamente definidas.

Partindo-se desse pressuposto, lança-se a abordagem apresentada pelo filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre (2002), cuja idéia se sustenta na hipótese da completa urbanização, baseada essencialmente no exemplo da sociedade que surge a partir da industrialização, na ótica de que *hoje virtual, amanhã real*. Tratando-se essa transformação da estrutura social de um processo aparentemente conduzido pelo fenômeno da industrialização, há a constatação de que essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo e de que este domina e absorve a produção agrícola (Lefebvre, 2002, p. 15). Percebe-se aqui que há, nesse início de reflexão, uma espécie de área que intercepta os universos urbano e rural. E é sobre esse processo que iremos discorrer a partir de agora.

Quais os limites de uma sociedade essencialmente urbana, no caso de confrontá-la com outras territorialidades? Para Lefebvre (2002, p. 16), o conceito de sociedade urbana é

¹ A busca de outros modos de vida, a partir da redescoberta do local (caracterizado pelos seus entornos rural e urbano), pretende estar pautada em espaços de trabalho, de vida e de integração socioeconômica que possibilitem a emergência de outras identidades individuais e coletivas, que nada mais são que uma revalorização do rural sob a perspectiva de reterritorialização.

proposto para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e sucede-a. Adiante, ainda em *A revolução urbana* (LEFEBVRE, 2002), o autor desenvolve um outro fenômeno do qual, inevitavelmente, a sociedade urbana seria suscetível – a sua própria revolução –, expondo o conjunto de transformações que essa sociedade sofreria, ao agregar outros padrões e abordagens sociais, mas que não a reduziria a um conceito propriamente rígido, sem outras ramificações em sua estrutura.

Já em seu livro *The production of space*, Lefebvre (1995) captura uma leitura da sociedade urbana não mais condicionada à hipótese de uma urbanização completa. Nesse momento, há a reconstrução de um conceito de revolução do espaço, ou seja, uma espécie de fusão entre a revolução camponesa (agrária) e a industrial (LEFEBVRE, 1995, p. 419). Há ainda uma outra contribuição de Lefebvre (1969), quando identifica duas importantes características do processo de urbanização: a formação do tecido urbano e a afirmação da centralidade da cidade. O espaço rural estaria então cada vez mais envolvido pelo tecido urbano que, além das cidades, é constituído pelos espaços construídos para a circulação das mercadorias e das pessoas (LEFEBVRE, 1969, p. 49).

Essa atualíssima abordagem explorada por Henri Lefebvre leva-nos a refletir que o resgate dessa visão se torna importante, fundamentalmente por referenciar que a ênfase dada aos estudos urbanos, fundando inclusive as raízes da sociologia urbana, permitiu um contra-fluxo de especulações e teorias, fazendo-nos chegar à conclusão de que a dicotomia urbano-rural se iniciou a partir do momento em que se questionavam a soberania e a não-descaracterização da sociedade rural. O geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, na conclusão de seu livro *La renaissance rurale* (1990), explica a origem de sua expressão “renascimento rural”, anterior a seu surgimento na literatura científica americana. É nesse momento que se constrói um debate apoiado na variável demográfica, enquanto tendência oposta ao chamado “êxodo rural”, fenômeno que vinha se manifestando, desde os anos de 1970, na maioria dos países desenvolvidos. Já a partir de 1976, a renovação do rural defendida por Kayser passou a ser conhecida pelo termo *counterurbanization*.

Já que a retomada do processo de (re)ocupação do espaço rural, iniciada a partir da hipótese levantada por Bernard Kayser, estava se tornando mais latente com a visível alteração da tendência demográfica, Veiga (2001, p. 33, grifo nosso) coloca que

[...] o repovoamento, os modos de vida, a recomposição da sociedade em vilarejo (*villageoise*), as atividades não-agrícolas, as políticas de ordenamento, as políticas de desenvolvimento local e as práticas culturais estariam mostrando que a dimensão demográfica seria apenas um indicador do que já estava ocorrendo nos países desenvolvidos: um renascimento rural.

A categoria de pessoas denominada por Kayser (1990) “*citadins au village*”, expressão que surgiu a partir de seus estudos acerca dos fluxos migratórios de pessoas da cidade em direção ao campo ocorridos na França, traduz e legitima aquilo que, recentemente, passou a ser chamado de ruralidade. Essa nova estrutura social a ocupar as áreas rurais não mais

é composta pelo camponês autêntico, nativo, mas por um outro segmento social que vai em busca de qualidade de vida, só que no campo e não mais na cidade, para o qual “o importante é sentir-se vivendo a céu aberto” (MARQUES, 2002, p. 110).

A sublimação da vida no campo a partir da ruralidade

Na seção anterior, foi realizado um apanhado teórico que possibilitou resgatar as raízes da dicotomia urbano-rural dentro de uma perspectiva basicamente sociológica, por meio de um diálogo entre os autores Henri Lefebvre e Bernard Kayser, concluindo-se com uma breve definição daquilo que viria a representar ruralidade.

Epistemologicamente, ruralidade está “relacionada ao campo e ao trabalho camponês, à rusticidade, à qualidade do que é sem cultura, natural, pouco artificializado” (FERREIRA, 1999, p. 147). Já Moreira (2002, p. 23-24) complementa seu conceito de que “as ruralidades são como identidades abertas e múltiplas, destacando as assimetrias de poder associadas aos processos sociais” e afirmando que se trata da “ressignificação do rural atrasado, em vias de desaparecimento, para um rural-natureza símbolo da civilidade contemporânea, associada às novas ruralidades”.

A transição é uma das características principais do conceito de ruralidade, que não mais pode ser personificado pela categoria do rural puro, mas por uma outra dimensão espacial oriunda da imaterialidade do senso comum, ou seja, daquilo que se idealiza (identidades abertas e múltiplas), mas que posteriormente passa a existir e materializa-se.

A ruralidade obedece a um segundo critério, muito peculiar, que é o da mobilidade. Os elementos da ruralidade podem compor uma série de cenários da vida cotidiana, estando eles presentes em diferentes sociedades, dentro ou fora do Brasil. O interessante nesse conceito é a sua flexibilidade, imprimindo em um cenário urbano manifestações culturais da vida rural. Moreira (2002, p. 26) define que, “paradoxalmente, estaremos falando de rurais sem território e sem natureza, bem como de rurais tradicionais vivenciados nas cidades e no presente”, e adiante, evoluindo nesse conceito, afirma que “o rural que desaparece não é o rural mas sim, o rural da consolidação da modernidade burguesa; em seu lugar emerge um novo rural: da pós-modernidade, para alguns, e da alta modernidade, para outros”.

Ruralidade pode, portanto, estar presente na vida e na dinâmica social, em um grupo de sertanejos em algum lugar do Brasil ou fora dele, na imagem trazida por uma paisagem rural ou em um artefato cultural que remeta a imaginação do espectador até suas origens rurais.

Trata-se de um conceito ainda em construção, mas que não desvincula uma leitura pejorativamente rural de algo que parece estar em transição, isto é, de uma sociedade eminentemente urbana, constituída de padrões e valores urbanos, mas que se desloca e passa a residir em um outro ambiente.

Em um outro sentido, o conceito de ruralidade deixa de lado a forte vinculação com a idéia das manifestações sociais do rural, engendrada por Moreira (2002), e apropria-se daquilo que foi defendido por Bernard Kayser (1990), em sua tese de “renovação do rural”. É dentro desse eixo que Abramovay (2000, p. 6) apresenta seu argumento, quando salienta que a literatura internacional atual converge no sentido de definir o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas a partir de três aspectos básicos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano.

Ainda nessa linha de argumentação, Abramovay (2000, p. 95) entende que o advento desse conceito pode estar também muito relacionado com o fato de que

[...] o que está ocorrendo hoje nos países do Primeiro Mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria.

Considerações finais

Pensar o rural não significa trabalhar em torno de uma definição única e consensual. A análise que se procurou estabelecer neste artigo partiu do pressuposto de que, aos olhos do espectador, o mundo rural pode explicar-se por duas vertentes: a do senso comum, fazendo com que o rural assuma feições e traços que o ligam a imagens vivenciadas, sendo estas incorporadas pelo cotidiano ou repassadas por algum meio de comunicação, e a do meio acadêmico e também de instituições governamentais, onde o debate se direciona para as questões analíticas e normativas do rural.

Foi nesse sentido que se discorreu sobre as diferentes perspectivas do olhar sobre o rural, obviamente se levando em consideração a simbiose entre espaço e tempo na composição de outros elementos, sendo a forma ou a função presentes no espaço rural consequências imediatas dos processos e das dinâmicas socioespaciais inerentes a esse universo. Houve, portanto, a necessidade de resgatar a carga de imaterialidade existente no rural, traduzida pelos valores e modo de vida nele presentes, mas também de enfocar outras perspectivas que encaminhem as discussões do rural até seus possíveis desdobramentos, no processo de criação de novos conceitos que o distanciem naturalmente da dimensão pura, reducionista, que o associa ao agro, ao atraso, ao extrativismo e à subsistência.

Dentro da dimensão da materialidade, que pode estar traduzida nos mecanismos institucionais de reconhecimento do campo enquanto gerador de conflitos (perspectiva sociológica), na desigual ocupação territorial ou mesmo na sua posição de promotor de soluções (perspectiva política), percebe-se uma evolução de idéias muito concatenadas ao ideário marxista de olhar o campo, incrementadas, ao longo deste artigo, pela visão de pesquisadores contemporâneos.

Foi dentro desse eixo da contemporaneidade que se buscou salientar a importância do conceito de ruralidade. Se considerarmos a trajetória errante experimentada pelo trabalhador brasileiro, perceberemos a existência de uma diversidade de condições de vida tecidas por ele entre o campo e a cidade, recriando uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência (MARQUES, 2002). Diante disso, não há mais como sustentar a filosofia de que o *rural* funciona e desenvolve-se dentro de uma outra perspectiva, dissociada do universo *urbano*. E é nesse sentido que se encaminha o tema da ruralidade.

No decorrer do artigo, verificamos como a questão da ruralidade surgiu, de onde partiu e como é absolutamente viável e oportuna de se aplicar no tratamento que estudos e investigações acadêmicas e políticas públicas brasileiras vêm procurando conceder ao mundo rural.

Já a sublimação do rural a partir da ruralidade reforça o fato de que se torna mais confortável tratar a categoria do rural a partir de sua evolução para novos conceitos. A dialética entre rural e urbano é, na atualidade, algo muito mais presente e que resulta em perspectivas interessantes. Sabe-se que ainda há muito a percorrer no reconhecimento do rural, muito a superar em suas limitações e dificuldades, já de ordem histórica e cumulativa. Entretanto, raros são os casos em as formas de exploração do campo funcionam como instrumentos desaceleradores da leitura errônea acerca do mundo rural. A caracterização dessa leitura está alicerçada essencialmente em fatores como a submissão de seus trabalhadores, a obsolescência atribuída ao seu modo de vida e a não-identidade política de seus atores sociais, configurando-o assim como um espaço opaco, aguardando o seu momento de brilhar, de se desenvolver.

Sugere-se, então, o estudo da viabilidade de algumas propostas, já em discussão, sobre as possibilidades de desenvolvimento para o rural brasileiro, as quais, em sua grande maioria, chamam a atenção para o caso de experiências recentes encontradas em países como França e Estados Unidos, onde se observam o renascimento e a revalorização do campo conseqüentes à instalação de neo-rurais (novos agricultores de origem urbana, profissionais liberais terceirizados, pessoas ligadas ao setor de serviços etc.).

Ao focalizarmos os casos brasileiros, percebemos que a retomada do processo de inserção social do ambiente rural, processo esse que se dá pela revalorização de seus valores, cultura e modos de vida, tem ocorrido de forma bem sucedida em regiões rurais localizadas no Sul e Sudeste do país, por meio da instauração de propostas inovadoras e pelo constante cuidado do sistema institucional e de grupos acadêmicos em buscar novos mecanismos de promoção do desenvolvimento rural, apoiados no princípio da inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida (democratização do acesso a linhas de crédito, muitas delas alternativas), na realização de novas atividades no campo (fomento à pluria-atividade²) e nos processos de descentralização política (resgate da identidade política) e de valorização de saberes locais (resgate da identidade política).

Não se trata, aqui, de estabelecer uma receita mas sim, de irradiar para o restante do território brasileiro a permanente discussão de alternativas para o campo, pois, conquanto os problemas reais já tenham sido declarados e seus principais indicadores venham sendo atualizados continuamente, a dicotomia e a situação de subordinação da população rural ainda não foram superadas.

Ademais, a discussão sobre a ruralidade, além de ser muito saudável, enaltece o fato de que a construção de um novo espaço rural pressupõe o repensar sobre o urbano e sobre a maneira com que vem se dando sua influência no lamentável processo de alienação ainda presente em muitas regiões rurais, em alguns casos sucumbidas por acontecimentos pontuais de contra-fluxo, como os movimentos sociais, que se reterritorializam em diferentes momentos e, conforme sinalize sua bandeira de luta, em uma esforçada tentativa de quebrar essa subordinação, traduzida na dicotomia urbano-rural.

A conotação pejorativa de um espaço ou território classificado como rural ao que é atrasado econômica, social e culturalmente precisa mudar, conforme cita Santos (2000, p. 43):

² *Pluriactivity*, termo adotado no final da década de 1980, na Europa, abrange atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados, podendo incluir emprego em outros estabelecimentos agrícolas ou não (FULLER, 1990 *apud* KAGEYAMA, 1998). Esse conceito contemporâneo ainda está em construção (ver SCHNEIDER, 1994).

A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída.

Mudar significa evoluir, na tese sustentada neste artigo. A quebra de conceitos e pressupostos ultrapassados leva-nos à idealidade de imaginar que as riquezas intrínsecas ao cerne da vida rural serão as principais responsáveis pelas grandes mudanças que ainda estão por vir, no afã de libertar o senso comum e dar lugar às novas expressões e manifestações transversais valoradas pela totalidade das populações, independente de sua condição sociopolítica ou geográfica, constituindo uma espécie de *espaços do avesso*.

artigo recebido **abril/2006**

artigo aprovado **agosto/2006**

Referências

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉLIDE, J. P. (Org.). *A questão agrária na década de 90*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 94-104.
- ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Textos para Discussão, 702).
- ENTRENA DURAN, F. *Cambios en la construcción social de lo rural: de la autarquía a la globalización*. Madrid: Tecnos, 1998.
- FERREIRA, Ângela D. D. O rural como categoria sociológica. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 12, p. 147-150, jun. 1999.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas, MG. *Anais...* Poços de Caldas: SOBER, 1998. v. 2, p. 555-566.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1995.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *Ruralidades*, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.ruralidades.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2004.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países desenvolvidos: a pluriatividade. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 106-132, 1994.
- SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001. (Textos para Discussão, 1).